

NÚCLEO DE ESTUDOS EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO
ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

4ª
edição

Agroecologia e
Economia Popular Solidária
para a Agricultura
Familiar Camponesa

AGROECOLOGIA

...um novo ser
humano é possível...

8

**Agroecologia e Economia
Popular Solidária para a
Agricultura Familiar
Camponesa**

Uberlândia, Agosto de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários

Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica

Núcleo de Agroecologia do Cerrado Mineiro

Agroecologia e Economia
Popular Solidária para a
Agricultura Familiar
Camponesa

Elaborado por:

Cristiane Betanho - Coordenação

José Eduardo Fernandes

Elson de Oliveira Felice

José Rubens Laureano da Conceição

Série Agroecologia: um novo ser humano é possível, 8

ISBN: 000-00-00000-00-0

Uberlândia
2018

© 2018 - Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários da
Universidade Federal de Uberlândia

Valder Steffen Júnior

Reitor da UFU - Universidade Federal de
Uberlândia

Armindo Quillici Neto

Pró-reitoria de Graduação

Carlos Henrique de Carvalho

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Darizon Alves de Andrade

Pró-reitoria de Planejamento e Adminis-
tração

Elaine Saraiva Calderari

Pró-reitoria de Assistência Estudantil

Márcio Magno Costa

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Helder Eterno da Silveira

Pró-reitoria de Extensão e Cultura

Vânia Aparecida Martins Bernardes

Diretoria de Extensão

Alexandre José Molina

Diretoria de Cultura

Kárem Cristina de S. Ribeiro

Diretora da FAGEN - Faculdade de

Gestão e Negócios

Cristiane Betanho

Coordenadora do Cieps - Centro de

Incubação de Empreendimentos Popu-
lares Solidários / Núcleo de Estudos em

Agroecologia e Produção Orgânica da

Universidade Federal de Uberlândia

***Resultado parcial do projeto “Apoio à continuidade de Estudos em Agro-
ecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal de Uberlândia”,
financiado pelo MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq***

Projeto Gráfico: José Eduardo Fernandes

Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Gestão e Negócios
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Sala 1F216– Campus Santa Mônica
CEP – 38408-144 – Uberlândia – Minas Gerais
Telefone: (34) 3239-4132 Home page: <http://www.portal.fagen.ufu.br>

Realização:



Agradecimento especial à Equipe de trabalho do Cieps

A todos os professores, bolsistas, técnicos administrativos em educação, aos colaboradores terceirizados, aos voluntários e aos trabalhadores e trabalhadoras que participam de todos os projetos. Esse coletivo torna possível a construção e a aplicação de conhecimentos em Economia Popular Solidária a partir dos campi de Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas.

Resultado parcial do projeto “Apoio à continuidade de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal de Uberlândia”, financiado pelo MCTIC/MAPA/MEC/SEAD - Casa Civil/CNPq



Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações

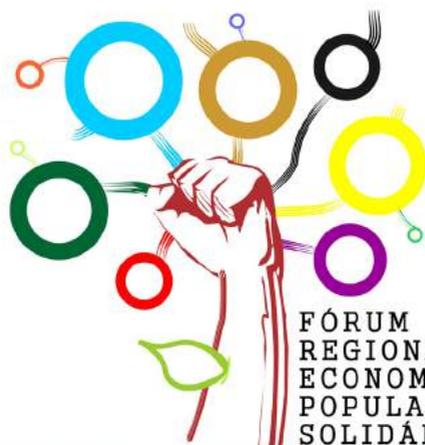
Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério da
Educação

Secretaria Especial de
Agricultura Familiar
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO
FEDERAL

UM NOVO
SER
HUMANO É
POSSÍVEL



FÓRUM
REGIONAL DE
ECONOMIA
POPULAR
SOLIDÁRIA

TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA
MINAS GERAIS - BRASIL

**A ECONOMIA
SOLIDÁRIA
PRESENTE NA
AGROECOLOGIA**

Sumário

Apresentação	11
Carta de Princípios da Economia Solidária	14
O que é a Economia Popular Solidária.....	23
Princípios da EPS	25
Solidariedade de Classe.....	30
A luta pelo significado de Agroecologia.....	34
Comercialização Crítica e Solidária	40
A EPS e a agroecologia	43
Depoimento.....	47
Referências.....	54



Solidariedade se realiza na prática!





Apresentação

Nos últimos 15 anos de nossas andanças como pesquisadores e extensionistas, conhecemos e acompanhamos diversas iniciativas de organização da produção e de comercialização protagonizadas por trabalhadores. Nesse caminhar, aprendendo e trocando experiências com camponeses e agricultores de todas as regiões do Brasil, percebemos que as experiências mais resistentes possuem características comuns: são coletivas, criadas e geridas pelos próprios camponeses; e são social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Na base dessas experiências, estão os princípios da Economia Popular Solidária.

A institucionalização dos Núcleos de Agroecologia (NEA/UFU e NACEM) a partir do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários na Universidade Federal de Uberlândia tem um objetivo claro: assessorar coletivos populares de agricultores camponeses que queiram, além de realizar a transição agroecológica, construir novas relações de produção e consumo, de forma a contribuir para a construção de relações mais justas e solidárias entre trabalhadores do campo e da cidade.

Este material tem por objetivo iniciar a discussão do conceito de Economia Popular Solidária e suas relações com a Agroecologia, e convidar as trabalhadoras e os trabalhadores a refletir sobre os desafios e as oportunidades de organizarmos os processos de produção e comercialização coletiva e solidariamente. Juntos, somos mais fortes!

Bons estudos!

Cristiane Betanho
Coordenadora do Projeto NEA/UFU



"se persistirmos
e continuarmos
a pensar juntos
vai dar certo"

Uma singela
homenagem ao
companheiro
Paul Singer



TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA
MINAS GERAIS - BRASIL



OS

S

S

III Plenária Nacional da Economia Solidária Junho de 2003

Carta de princípios da Economia Solidária

Um pouco de história: origem e cenário atual

A Economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza.

Nos primórdios do capitalismo, as relações de trabalho assalariado - principal forma de organização do trabalho nesse sistema - levaram a um tal grau de exploração do trabalho humano que os(as) trabalhadores(as) organizaram-se em sindicatos e em empreendimentos cooperativados. Os sindicatos como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as e os empreendimentos cooperativados, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

As lutas, nesses dois campos, sempre foram complementares; entretanto a ampliação do trabalho assalariado no mundo levou a que essa forma de relação capitalista se tornasse hegemônica, transformando tudo, inclusive o trabalho humano, em mercadoria.

As demais formas (comunitárias, artesanais, individuais, familiares, cooperativadas, etc.) passaram a ser tratadas como “resquícios atrasados” que tenderiam a ser absorvidas e transformadas cada vez mais em relações capitalistas.

A atual crise do trabalho assalariado desnuda de vez a promessa do capitalismo de transformar a tudo e a todos/as em mercadorias a serem ofertadas e consumidas num mercado equalizado pela “competitividade”. Milhões de trabalhadores/as são excluídos dos seus empregos, amplia-se cada vez o trabalho precário, sem garantias de direitos.

Hoje, no Brasil, uma grande parcela dos trabalhadores/as, estão sobrevivendo de trabalho marginalizado em diversos setores da economia e das relações assalariadas formais. Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio cuja superação só pode ser enfrentada por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de economia popular solidária.

Na atual crise do capital, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo sob diversos títulos - economia solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc.

São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

2. O que é a Economia Solidária

Princípios gerais

Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a) a valorização social do trabalho humano,
- b) a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- c) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- d) a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza, e
- e) os valores da cooperação e da solidariedade.

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

a) O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

b) A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

c) A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema ca-

pitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

d) A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

e) Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

f) A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana.

Princípios específicos

Por um sistema de finanças solidárias

a) Para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças. São alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional:

b) A nível local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito

baseados nas suas próprias poupanças.

c) A nível nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias

A Economia Solidária permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva, em redes de agentes que se apóiam e se complementam:

a) Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a economia solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos.

b) Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e



trabalho para cada um e para todos.

c) A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos excedentes, permite que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

d) A Economia Solidária propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência, mantendo vínculos de fortalecimento com redes da cadeia produtiva (produção, comercialização e consumo) espalhadas por diversos países, com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

e) A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais equitativamente entre grupos e países.

f) A economia solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável.

Pela construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático

a) A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa.



b) A Economia Solidária estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

c) A Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

d) A economia solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar.

e) Preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um e de todos.

f) O valor central é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante do diálogo com a Sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

g) Assim, a Economia Solidária pode constituir-se em setor econômico da sociedade, distinto da economia capitalista e da economia estatal, fortalecendo o Estado democrático com a irrupção de novo ator social autônomo e capaz de avançar novas regras de direitos e de regulação da sociedade em seu benefício.

3. A Economia Solidária não é:

a) A economia solidária não está orientada para mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal.

b) A Economia solidária rejeita as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual.

c) A economia solidária rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul.

d) A economia solidária confronta-se contra a crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais.

e) A economia solidária confronta-se contra a lógica do mercado capitalista que induz à crença de que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e que elas são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital.

f) A economia solidária é uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas e que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista.

g) A economia solidária nega a competição nos marcos do mercado capitalista que lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

h) A economia solidária busca reverter a lógica da espiral



capitalista em que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança.

i) A economia solidária contesta tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação que se reduzem ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores como o ambiental, social e cultural de uma atividade econômica.

j) A Economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária afirma, a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico.

O que é a Economia Popular Solidária

Dentro do movimento de Economia Popular Solidária (EPS) há uma diversidade de definições sobre o que é EPS e como essa ideia se manifesta no plano concreto. As experiências e vivências que construímos enquanto trabalhadores envolvidos na temática (agricultores, coletores de materiais recicláveis, atores da arte-cultura popular, pesquisadores, extensionistas, alunos, técnicos, voluntários...), participando da organização da prática da EPS por meio do Cieps e do FREPS (Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba), nos levam a discutir a EPS a partir da seguinte premissa:

A EPS é uma construção histórica da classe trabalhadora. É uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade. Pretende construir uma alternativa econômica em que os trabalhadores tenham poder de decisão sobre a produção e a distribuição do valor gerado pelo trabalho coletivo.

Entendemos a EPS como um movimento social que busca a emancipação humana por meio de ações integradas, articulando saberes populares, cooperação, participação, autogestão e solidariedade para criar condições objetivas de melhorias das condições

de vida em todos os sentidos para todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Complementando a posição do Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, além de a EPS se organizar como uma economia do bem-viver, da diversidade e da democracia, também evidencia a busca do feminismo, do respeito à natureza, da promoção da dignidade, da igualdade de direitos, da equidade, da valorização e sociorreferenciação do trabalho humano, tendo em vista o desenvolvimento de projetos sustentáveis, locais, regionais, globais e coletivos, envolvendo os trabalhadores atuais e os futuros (os jovens) na criação de uma cultura de EPS que permeie uma outra sociedade que será construída a partir desse esforço coletivo.

A EPS é uma estratégia de resistência para enfrentar e superar o individualismo, o machismo, a exclusão social, a precarização das relações de trabalho, os preconceitos de raça, gênero e religião, sustentadas em ações coletivas e afirmativas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda, de inclusão social, construídas a partir da educação popular libertadora e emancipatória, desenvolvidas pelos e para os trabalhadores.

Na Economia Popular Solidária, a gente produz, vende, compra e troca tudo o que é preciso para viver bem no dia a dia. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o meio ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Uma economia sem patrão, sem chefes, sem empregados e sem opressão, sem exploração da vida e da natureza (FMEPS, 2017).

Princípios da EPS

Quando nos propomos a refletir sobre um conceito no campo concreto, temos que identificar os princípios a partir dos quais ele se manifesta na prática. No caso da EPS, os mesmos se manifestam em 4 eixos fundamentais:

Autogestão

Para entender autogestão, é importante primeiro entender o que significa gestão. Gerir algo significa, na prática, delimitar objetivos e planejar como atingi-los, organizando recursos (pessoas, processos, dinheiro, equipamentos, relacionamentos etc.) para poder alcançá-los.

Nas organizações capitalistas, quem define o que vai ser feito, como será feito, como os recursos serão obtidos e alocados são os patrões, e os chefes são os empregados que garantem que as ordens dos patrões sejam cumpridas à risca. Os trabalhadores, nas empresas capitalistas, devem obedecer e executar as ordens.

Na EPS queremos desconstruir a cultura da opressão que está enraizada nas figuras do patrão e dos chefes. Numa organização autogestionária não deve existir a ordem de cima para baixo e sim a discussão do coletivo e a tomada de decisão levando em consideração a opinião de todos. Para que isso seja viável, não deve haver conhecimento nem função privados, todos devem aprender um pouco de tudo, participar ativamente e todos devem ser líderes.



Dimensão Econômica

Primeiro, precisamos entender o que significa Economia. Para além de dinheiro, a ideia força por trás do conceito se volta a entender como as decisões sobre o que será produzido, em que quantidade, de que qualidade, a qual preço será distribuída essa oferta, e quem ficará com a riqueza gerada pelo trabalho social despendido nesse processo que vai da produção ao consumo. Assim, quando refletimos sobre economia, desvendamos os processos de acumulação de riquezas e podemos perceber que poucos têm muito, e muitos têm pouco.

Se não concordamos com essa distribuição absolutamente desigual, podemos nos propor a agir para mudar o estado das coisas. Viver a EPS é uma decisão política, de posicionamento perante o mundo. Buscamos com nossas ações eliminar a exploração de um ser humano por outro e superar a alienação brutal que o capitalismo impõem sobre toda a classe trabalhadora. Nesse processo, deve-se passar pela dominação de todos os setores das cadeias produtivas em que as Organizações Produtivas Solidárias estejam envolvidas, buscando que a riqueza construída pelos trabalhadores seja apropriada por eles próprios, ao invés de concentrada nas mãos de poucas pessoas. Portanto, a EPS não é um passatempo para desempregados, no horizonte os trabalhadores pretendem ir para além da esfera econômica de suas ações.

Cooperação

Cooperar significa agir em conjunto para atingir um objetivo comum. A cooperação se dá de diversos modos na economia. Por exemplo, no agronegócio, que faz parte da organização da economia de mercado, o agricultor coopera com o dono da fábrica de leite entregando o produto para beneficiamento e os trabalhadores da área de processamento, do transporte, do administrativo etc. cooperam com o padrão para fazer chegar os produtos nos mercados. Mas desse modo a cooperação só beneficia o capitalista, que explora o agricultor, pagando menos do que seu produto vale, ao mesmo tempo que explora os trabalhadores da fábrica para poder lucrar no final.

Se organizamos a cooperação a partir da EPS, usando o exemplo anterior, o agricultor produz o leite e os trabalhadores da área de processamento, do transporte, do administrativo etc. fazem parte da mesma organização, que pertence a todos eles. Ao invés de ter um patrão controlando e orientando os processos e as informações, são os próprios trabalhadores, de forma coletiva, que escolhem os rumos que querem seguir. O objetivo é cooperar para que as trabalhadoras e trabalhadores tenham o pleno e total controle das decisões, ações, funções e planejamento do trabalho. Na construção socialista, coletiva e solidária, a exploração do trabalho é eliminada, dando lugar a processos verdadeiramente democráticos de produção e distribuição de valor.

Solidariedade

O conceito de solidariedade nos remete à ação coletiva, no entender que somos parte de um mesmo todo, que juntos podemos resistir a quaisquer adversidades, podemos avançar para além do que conseguiríamos individualmente. As trabalhadoras e os trabalhadores devem desenvolver a percepção de cooperação, de ajuda, de fraternidade, de tolerância, de trabalho e de participação política, entre muitas outras questões que contribuem para uma consciência comum. Essa consciência comum, orientada para objetivos comuns, é a energia que pode mudar o mundo.

Coletivos de trabalhadores que desejem se organizar a partir dos princípios da EPS devem praticar esses princípios em toda e qualquer atividade que realizem a partir de suas Organizações Produtivas Solidárias (OPS), seja de produção, comercialização, organização ou formação. Não dá para ser solidário em uma dimensão e não sê-lo em outra. São as empresas capitalistas que prometem demais e cumprem pouco. Não é possível ser solidário “da porteira para dentro”, com seus companheiros, e agir buscando somente sua satisfação “fora da porteira”, ignorando as necessidades sociais e ambientais. Se quisermos romper com esse sistema, precisamos ser coerentes e ir para além da retórica. Solidariedade se realiza:

Respeitando como práticas:

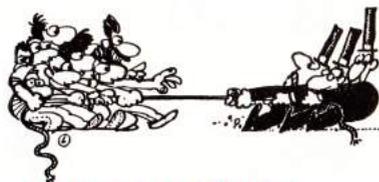
- no lugar do individualismo,



a união;



- no lugar da competição



a cooperação;



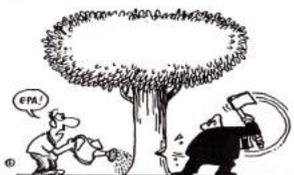
- no lugar da indiferença,



a solidariedade;



- no lugar da devastação da natureza, a preservação e a sustentabilidade;



- no lugar do autoritarismo dos chefes e patrões,



a gestão coletiva dos associados.



SOLIDAR

D



RIEDADE DE CLASSE

Tem muita gente que confunde o conceito de solidariedade com o de caridade. É bem compreensível que isso ocorra com tanta frequência, pois os meios de comunicação burgueses disseminam essa confusão propositadamente todos os dias em todas as suas produções, sejam elas jornalísticas ou culturais de costumes, como as novelas. Contribuem também para essa confusão a escola burguesa, que reproduz os valores e cultura da classe dominante.

Essa classe dominante, formada pelos donos do capital, por meio de seus representantes, tem interesse em incentivar essa confusão e exacerbar o sentimento de caridade entre as pessoas justamente para tirar o foco de sua responsabilidade para com a pobreza e a miséria que existe em todos os cantos do mundo capitalista. A pobreza e a miséria das pessoas são consequências do acúmulo de riquezas por parte de poucas famílias detentoras dos meios de produção e de reprodução do capital. Esse acúmulo de riqueza só é possível por meio da exploração do trabalho das mulheres e homens que produzem a riqueza transformando a natureza, por exemplo.

Como os trabalhadores não recebem monetariamente o tan-

to correspondente em valor que produzem, depois que o capitalista tem o produto transforma-o em mercadoria e o vende, ficando com a diferença entre o custo e o valor que foi trocado. Ou seja, o capitalista fica com o lucro, e isso configura a exploração da força de trabalho que se transforma em riqueza que vai parar nas mãos, ou nos cofres, dos ricos.

Esses ricos são os mesmos que são os donos ou acionistas dos meios de reprodução cultural que têm interesses na manutenção e ampliação da alienação das pessoas. Os trabalhadores alienados de suas realidades não percebem a diferença entre ser solidário com um vizinho na cooperação da produção para que o mesmo tenha condições melhores de vida, e ser caridoso ao levar um agasalho na igreja numa campanha contra o frio para o vizinho que tem muitos filhos e não consegue comprar cobertores para toda a sua família. Trabalhadores alienados não constroem consciência de classe.

Ser caridoso não é ruim, é uma característica do ser humano, mas quando a gente é solidário com o desenvolvimento do outro, somos parceiros e responsáveis pelo todo e assim podemos caminhar juntos para superar o individualismo.

É nosso dever resgatar a ideia de solidariedade como um sentimento, uma percepção, ou ainda uma consciência entre os trabalhadores de que é possível participar da vida do outro convivendo de forma mais preocupada e participativa nas coisas comuns. Isso não significa perder a intimidade familiar do indivíduo, por exemplo. Mas quando nosso vizinho, ou nossos amigos ou parentes, estão desempregados, não é a caridade que resolve a questão estrutural do desemprego e sim a união dos trabalhadores para gerar alternativas ao sistema que provoca o desemprego.

O desemprego, por exemplo, assim como a precarização ou

os acidentes de trabalho, não acontecem naturalmente, são consequências das escolhas dos capitalistas. Eles, os donos dos meios de produção, em conjunto com o Estado, têm o poder econômico e político para determinar quem, quando, onde sofrerá com o desemprego. Então, como a caridade resolveria uma questão como essa?

Mas será que uma classe de trabalhadoras e trabalhadores conscientes de suas capacidades e responsabilidades no desenvolvimento econômico e político de uma sociedade poderia mudar as escolhas e as consequências em relação a pobreza e a miséria, ou ainda, poderiam melhorar a distribuição das riquezas produzidas por meio do trabalho social?

A resposta é sim, acreditamos que, a partir da possibilidade de termos seres sociais mais conscientes, e detentores e desenvolvedores de conhecimento, teremos mais capacidade de discernimento.

Esse discernimento também levará a entender as diferenças entre uma produção de alimentos com veneno e alimentos agroecológicos. Esse será o assunto do nosso próximo tópico.



A luta pelo significado de Agroecologia

Sob a pressão do crescimento exponencial contínuo, é muito provável que a degradação cancerosa se acelere. Mas eventos catastróficos localizados podem facilmente ser absorvidos pelo capital, uma vez que o predatório “capitalismo do desastre” está sempre disposto a reagir. Na verdade, o capital prospera e evolui por meio da volatilidade dos desastres ambientais localizados, que não só criam novas oportunidades de negócios, como também fornecem um disfarce conveniente para esconder as falhas do capital: a “mãe natureza”, caprichosa, imprevisível e teimosa, é quem leva a culpa pelas desgraças que em boa parte são causadas pelo capital. Em contrapartida, a degradação lenta e cancerígena representa um grande problema, para o qual o capital e não esta preparado e cuja gestão depende da criação de novas instituições e novos poderes (HARVEY, 2016, p.236).

Em 5 de novembro de 2015, o mundo pode acompanhar quase que em tempo real um dos maiores crimes ambientais provocados pela ganância dos capitalistas brasileiros e internacionais. No período da tarde desse fatídico dia a barragem do Fundão, localizada no distrito de Bento Rodrigues do município de Mariana (MG), de responsabilidade do complexo industrial de propriedade da empresa SAMARCO MINEIRAÇÃO S/A, empresa essa controlada pela Vale S/A e BHP Billinton, devastou uma grande área, levando lama abaixo parte de uma cidade e a biodiversidade de uma área de três estados do sudeste brasileiro, chegando até o litoral. Foram atingidas 41 cidades, 240,88 hectares de mata atlântica e três reservas indígenas. Uma devastação incalculável sobre o meio ambiente no presente e para o futuro, além de levar a vida de 19 trabalhadores (AMA, 2018).

Até meados de 2018, muito pouco, ou quase nada, foi realizado pela empresa para reestabelcer os danos causados às pessoas e à natureza. Tanto o Estado de Minas Gerais quanto o Governo Federal e as instâncias da Justiça Brasileira tergiversaram para imputar punição ao grupo empresarial, que por sua vez criou uma outra instituição para se responsabilizar pela tragédia tirando de foco o nome das empresas envolvidas.

As duas imagens que seguem podem nos ajudar a entender um pouco mais sobre as relações entre o que é real e o que é retórica:



Foto: Tragédia em Mariana - MG Fonte:<https://racismoambiental.net.br/2017/08/09/milhares-de-acoes-sobre-a-tragedia-de-mariana-se-arrastam-na-justica/>



Imagem 01: Missão e Valores da empresa responsável pela tragédia em Mariana
 Fonte: <https://www.samarco.com/missao-e-valores/>

Assim, visitando o sítio da internet dessa organização, e de suas principais acionistas, veremos que mesmas se afirmam “sustentáveis” e “ambientalmente responsáveis”, demonstrando em sua retórica profundo desengajamento moral (MEDEIROS et. al, 2018).

De acordo com a Articulação Mineira de Agroecologia, em carta aberta expõem os conflitos existentes e não resolvidos dessa tragédia:

Nós da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA) e da Articulação do Semiárido de Minas Gerais (ASA-MG) recebemos consternados a notícia da parceria firmada entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais (SEDA) e a Fundação Renova.

Tal parceria permite à Renova entre outras coisas, credenciar organizações e empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural para executar projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, na bacia do Rio Doce, em uma chamada de ATER Sustentabilidade. Destacamos que a Renova foi criada às pressas (pouco depois do rompimento da barragem de fundão, no maior crime socioambiental do Brasil), sem nenhum diálogo com os atingidos, com a finalidade única de limpar o nome e a sujeira da SAMARCO/VALE/BHP, sem garantias reais do pleno reestabelecimento das condições de vida das famílias atingidas, bem como da mitigação dos danos socioambientais. Caso esta chamada de ATER seja realizada, as organizações e empresas contratadas para realizar os serviços de ATER ficarão sob a tutela das mineradoras, representadas pela RENOVA.

Esse exemplo é muito relevante para demonstrar como nossa sociedade está sob o controle de um Estado burguês que tem como princípio, muitas vezes escancarado aos olhos de quem quiser ver, a defesa do capital nas relações de mercado. Não importa se o meio ambiente foi afetado por um rompimento de uma barragem ou foi destruído por uma pulverização de agrotóxico numa plantação de soja próxima a uma escola rural (DULCE, 2018). Os interesses do capital estão sempre à frente de qualquer outro, e essa relação atropela quem ficar em sua frente.

Os trabalhadores e seus diversos movimentos de resistência, dentre eles a Economia Popular Solidária e a Agroecologia, estão buscando construir uma grande articulação para superar e comprovar que é possível vivermos em uma sociedade equilibrada e respeitando o meio ambiente, assim como a vida em sua essência.

O ponto de articulação entre a agroecologia e a EPS começa no entendimento de que há uma necessidade de resgate das prá-

ticas de produção que respeitem a natureza, bem como do trabalhador, no manuseio de suas culturas, articulando as necessidades da natureza em todas as suas possibilidades. Essas questões foram tratadas nos fascículos de 1 a 7 do nosso curso. Após a produção, fazemos a conexão entre a colheita saudável e sustentável para todos os envolvidos, preparando a comercialização para outros trabalhadores que também estão conscientes desse formato econômico em que não há a exploração de um ser humano por outro e não há agressões ao meio ambiente.

Essa conexão é feita pelo conceito de sustentabilidade, entendido por Mészáros (2007, p. 190) como:

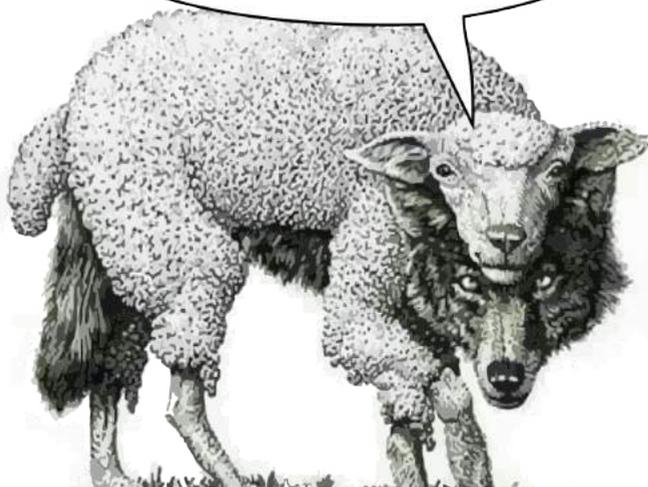
... estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não somente sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais.

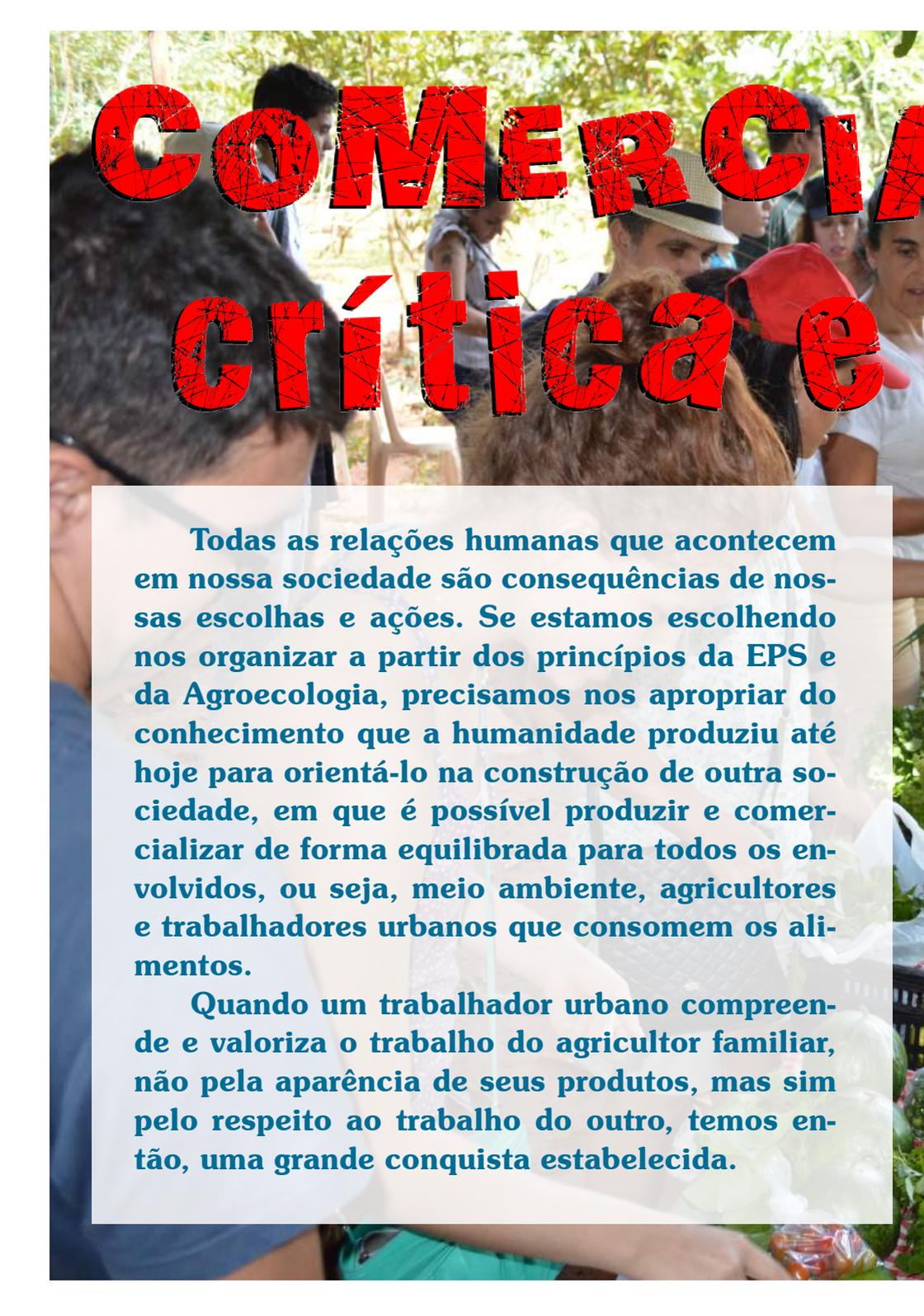
Na economia de mercado, o entendimento do que significa sustentabilidade é outro. Está reduzido à busca de equilibrar as demandas econômicas, sociais e ambientais presentes nas atividades produtivas (Elkington, 1997), o que significa, na prática, buscar a conciliação de interesses. Um exemplo de como essa “conciliação” é realizada na prática é o mercado de “créditos de carbono”. A partir de uma conta surreal, uma empresa pode poluir no Norte do planeta se algum país do Sul preservar suas florestas, ou se uma empresa no Sul plantar florestas de eucaliptos! Como se a perda da diversidade ambiental de um local, e a conseqüente perda de qualidade de vida para a população daquela localidade, pudesse ser compensada!

Quando estamos falando em Agroecologia na ótica de Sustentabilidade de Mészáros, estamos nos reportando à luta pela independência do pacote de veneno do agronegócio, pela retomada das Sementes Crioulas, a luta pela Soberania Alimentar.

Quando estamos articulando os princípios da Agroecologia com os da EPS, focamos a nossa atenção nos processos de produção, que devem ser cooperados, sem a exploração de um ser humano por outro. Evidenciamos a importância da luta pela eliminação da dependência dos atravessadores e das cadeias agroindustriais capitalistas, que exploram os agricultores, e a busca por Ocupar Mercados, isto é, por referenciar socialmente o trabalho dos agricultores junto aos trabalhadores da cidade a partir da ideia do consumo crítico e solidário, assunto da nossa próxima seção.

Beeéé. gente vocês
precisam entender. o agrotóxico
é para melhorar a vida
de todo mundo...





COMERCIAL crítica e

Todas as relações humanas que acontecem em nossa sociedade são consequências de nossas escolhas e ações. Se estamos escolhendo nos organizar a partir dos princípios da EPS e da Agroecologia, precisamos nos apropriar do conhecimento que a humanidade produziu até hoje para orientá-lo na construção de outra sociedade, em que é possível produzir e comercializar de forma equilibrada para todos os envolvidos, ou seja, meio ambiente, agricultores e trabalhadores urbanos que consomem os alimentos.

Quando um trabalhador urbano compreende e valoriza o trabalho do agricultor familiar, não pela aparência de seus produtos, mas sim pelo respeito ao trabalho do outro, temos então, uma grande conquista estabelecida.

ALIZAÇÃO Solidária



Exercer o consumo crítico e solidário é preferir produtos oriundos de OPS em detrimento de ofertas de empresas capitalistas, buscando contribuir na geração de trabalho e renda, repudiar a exploração de trabalhadores e melhorar o padrão de renda dos trabalhadores, evidenciando a produção e o desenvolvimento local.

O consumo crítico e solidário está ancorado no combate à degradação ambiental, por meio da escolha por adquirir produtos agroecológicos e produzidos localmente; no reconhecimento do trabalho, portanto privilegiando os espaços em que podem ser cultivados relacionamentos entre produtores e consumidores; e no cultivo de relações de solidariedade entre os trabalhadores que produzem e os que adquirem os produtos no processo de troca, respeitando a diversidade cultural, histórica e de valores dos grupos.

Consideramos as feiras e espaços fixos próprios de comercialização como espaços privilegiados na construção de relações mais solidárias entre os trabalhadores, porque estimulam que as pessoas se conheçam e troquem conhecimentos. Receber uma cesta em casa ou realizar compras coletivas não traz essa oportunidade tão evidenciada, e entendemos ser a mesma essencial na busca da superação da relação em torno de “produtos” para nos relacionarmos, enquanto pessoas, valorizando o trabalho que dá origem aos itens que necessitamos para nosso bem-viver.

Como salienta Gaiger (2009), a prática da solidariedade se manifesta na reciprocidade e em um duplo anseio emancipatório por parte dos trabalhadores: do trabalho alienado e superexplorado, e da pobreza da sociabilidade decorrente da ancoragem das relações na esfera do consumo. Entendemos que esse anseio se manifesta na classe trabalhadora, tanto exercendo o papel de pro-



dutora como de consumidora de bens e serviços.

A Economia Popular Solidária e a agroecologia como alternativas de organização para a classe trabalhadora

Partimos do pressuposto de que, para que seja possível construirmos uma “nova economia”, alicerçada nos princípios que fundaram a Economia Popular Solidária como movimento da classe trabalhadora, antes é fundamental que levantemos uma condição para que essa “nova economia” aconteça de fato. Consideramos que a economia não passa de uma abstração humana e suas relações acontecem porque aceitamos a ideia de que o mundo é assim e sempre foi do jeito que os antigos nos contaram, e que a cultura hegemônica inculca todos os dias, a nós e aos antigos. Todas as camadas que existem em nossa sociedade são abstrações construídas e fortalecidas de forma intencional pelas forças políticas existentes nessas relações.

A economia não é algo que surgiu do éter, não foi uma coisa colocada com uma mão invisível para regular a sociedade pós feudalismo. Sendo uma abstração humana, foi sendo construída, orientada, decidida pelos donos dos meios de produção, donos das terras, detentores de poder político ou religioso no decorrer da história humana.

Esse desenvolvimento das sociedades vai tomando forma e se constituiu na sociedade capitalista dos nossos dias, em que a acumulação de riqueza é a base de todas as relações, sendo que quem tem riqueza manda e quem não tem nada, a não ser a sua própria força elementar de trabalho, deve se submeter à lógica determinante. Essa é a lógica que a EPS quer superar, ou seja,

contribuir para que novas relações surjam e se tenha um equilíbrio social em relação à riqueza produzida e a distribuição equitativa da mesma. Ora, esse movimento não acontece espontaneamente, não se materializa do além, na verdade são os seres humanos envolvidos nesse processo que tornarão real essa relação.

Não se trata de apontar uma nomenclatura política libertadora ou libertária, trata-se de perceber que uma “nova economia” só será viável a partir do momento histórico em que for possível identificar um novo ser humano, capaz de entender sua existência, ser capaz de produzir abstrações de sua realidade e colocá-las em prática, num processo contínuo de transformação e desenvolvimento dos desejos comuns e que apontem, aí sim, para uma nova sociedade. Não podemos esquecer de que as relações que acontecem em sociedade são realizadas por seres humanos, portanto são relações vivas, não lineares, com uma variabilidade infinita e não será possível engessar esse desenvolvimento, a não ser numa sociedade opressora e baseada na propriedade privada.

O fato é que se queremos uma outra constituição de relações sociais, precisamos começar pelo começo: precisamos desenvolver a consciência de que as forças políticas e culturais hegemônicas insinuam a esperança de que é possível chegar numa “nova economia” sem questionar, criticar e romper com o modo hegemônico, e reforçam a possibilidade de se ter relações sociais mais justas e fraternas; no entanto, estão prometendo algo que não é sólido, algo que não se realizará por uma farsa essencial contida no discurso, ora ingênuo, gerado no âmbito da alienação, ora intencional, gerado nas forças políticas, que se beneficiam dessa configuração social. Não é possível acabar com a pobreza se continuar a existir a possibilidade de acumulação de riquezas. Para haver ricos, tem que existir pobres, que possam ter até aquela



parcela mínima, necessária à sobrevivência, espoliada.

Portanto nosso maior compromisso e esforço deve estar focado no desenvolvimento de um novo ser humano, na superação da alienação, na apropriação e desenvolvimento de conhecimento, na educação omnilateral e emancipatória, na solidariedade de classe, no desenvolvimento da práxis das comunidades e seus territórios, na cultura libertária, enfim, precisamos superar a ideia de que podemos transformar os seres humanos pela mercadoria.

A Economia Popular Solidária pode ser mais um caminho para essa nova sociedade, não o único, mas somente o será se o movimento conseguir entender a necessidade de rompimento com o modo hegemônico de sociedade. Nesse rompimento, será possível encontrar uma diversidade de movimentos sociais da classe trabalhadora e constituirá outros, que desejam de forma diferente o mesmo mundo.

O movimento da agroecologia pode ser um desses caminhos, objetivo, legítimo, genuíno e classista, para fortalecer a ideia da construção de um novo ser humano, tanto nas relações que envolvem a produção, o consumo e o modo de vida que está embutida nos princípios agroecológicos. A agroecologia pode contribuir de forma significativa para oxigenar a Economia Popular Solidária, que, por sua vez, tem expertise para permitir uma perenidade saudável para as famílias que optam por esse caminho e conseguirem melhorar suas condições de vida sem explorar o trabalho alheio e produzindo valor para si e para os trabalhadores urbanos.

Essa é a definição da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), incorporando o conceito de sistemas agroalimentares: do solo e da sementes à mesa (e de volta ao solo...). Reflita com seus pares como esse conceito se aproxima do que nós estudamos durante todo o curso.

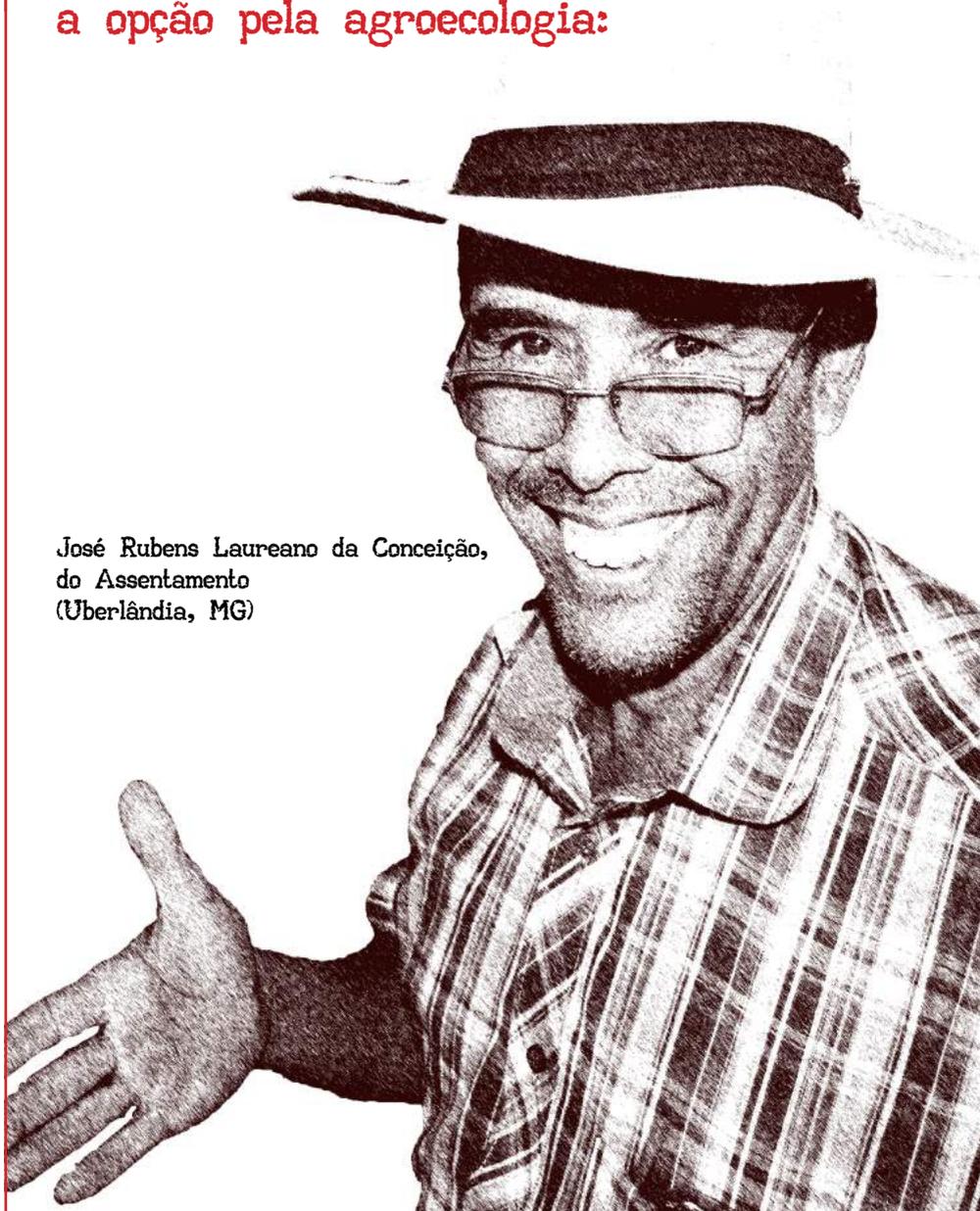
Ciência, movimento político e prática social, portadora de um enfoque científico, teórico, prático e metodológico que articula diferentes áreas do conhecimento de forma transdisciplinar e sistêmica, orientada a desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis em todas as suas dimensões.

ABA: Associação Brasileira de Agroecologia
Julho, 2018



A seguir, um depoimento
de um agricultor que fez
a opção pela agroecologia:

José Rubens Laureano da Conceição,
do Assentamento
(Uberlândia, MG)



Quando se fala em agroecologia sempre surgem os mesmos questionamentos:



Eu não tenho a pretensão de enunciar ou repetir conceitos, nem provar que tenho conhecimento e domínio sobre o assunto, aliás, muito pelo contrário, eu sou aprendiz e pretendo passar apenas o meu entendimento e experiências pessoais e deixo os conceitos e teorias para os estudiosos e com certeza eu também vou me esforçar em tirar proveito do que tiverem a me ensinar. E garanto, existem muitas pessoas boas nisso.

Eu diria que existem três fatores negativos que me levaram à agroecologia:



Frustrações

- Todas as pessoas sonham e eu não sou diferente;
- Nossos sonhos são nossa esperança de vida, e quando tiraram nossos sonhos, tiraram nossas vidas;
- Em mais de meio século de vida tive centenas de sonhos;
- As frustrações vieram de não conseguir atingir esses objeti-

vos sonhados e eu perdi quase todos os meus sonhos pelo caminho;

- Sobraram poucos, dentre eles o de morar no campo e ter uma qualidade de vida diferente da vivenciada na cidade.

Inconformismo

NÃO ACEITAR UMA PREDESTINAÇÃO, EU POSSO E DEVO MUDAR MEU DESTINO;

NÃO ACEITAR AS REGRAS DO CAPITALISMO APESAR DE VIVER SOB SEU DOMÍNIO;

NÃO TER ACESSO À TERRA, EDUCAÇÃO, SAÚDE, LAZER, CULTURA E ETC;

NÃO ACEITAR A DOMINAÇÃO E O CONTROLE DOS USURPADORES DOS DIREITOS NATURAIS, SOBRE MINHA PESSOA E TODA A HUMANIDADE;

E O PIOR DE TUDO É QUE DEMOREI PARA REAGIR A ESTE ESTADO DE COISAS NA ESPERANÇA DE QUE UM DIA TUDO MUDARIA.

Egoísmo

QUERER TER UM
ESPAÇO SÓ MEU;

CANALIZAR TODOS
OS ESFORÇOS PARA
TER UMA MELHOR
QUALIDADE DE VIDA;

CONSTRUIR UM
MUNDO MELHOR
PARA MIM E MINHA
FAMÍLIA;

BUSCAR A
PROXIMIDADE COM
A NATUREZA, A
FAUNA E A FLORA;

TER UMA
ALIMENTAÇÃO
SAUDÁVEL E
DIFERENCIADA A UM
BAIXO CUSTO;

SER DONO DO MEU
TEMPO, DO MEU
CORPO E DE MINHA
MENTE;

Consequências

Larguei emprego, me tornei dono do meu tempo;

Me liguei ao movimento sem terra; substituí o egoísmo pela solidariedade e individualismo pelo coletivismo e as lutas sociais se tornaram meu foco;

Meus sonhos e frustrações se somaram a outros sonhos e percebi que nunca estive sozinho, e realizar seria possível;

Descobri que não basta estar inconformado, é preciso fazer algo para mudar;

Estamos há dez anos ocupando uma área que se transformou em assentamento pela nossas ações, e temos finalmente a chance de mudar nossas vidas.

Como vejo a agroecologia

- Para mim não é um modo de produção e sim um modo de vida; e não existe uma receita pronta, cada um faz suas experiências e escolhe suas ações e como vivenciar isto;
- Para entender de fato primeiro é necessário estar em simbiose com a natureza, ou seja, perceber que fazemos parte dela e temos que fazer nossa parte para que o sistema funcione;
- Praticar a agroecologia não é produzir alimentos para atender demandas e gerar lucros, mas sim provocar e promover o estado de abundância, que gera sobras, que podem ser compartilhadas solidariamente, por preço justo que financia novos cultivos e produz sobras que atendem outras necessidades;
- A agroecologia dispensa o uso de insumos químicos, agrotóxicos, herbicidas, e outros produtos artificiais;
- Tudo de que preciso no cultivo agroecológico eu encontro na natureza,
- Não se cultiva apenas alimentos, cultivam-se pessoas, animais, amizades, amores etc;
- O ser humano faz parte da natureza e da agroecologia, só precisa acordar para isto e entender sua função no sistema. (aprendi que um novo ser humano é possível).

Como vejo a agrofloresta

A natureza é sábia e não necessita do ser humano para se recompor ou se regenerar;

Se deixarmos um espaço sem a intervenção humana as forças naturais começam a agir e em algum tempo naquele espaço

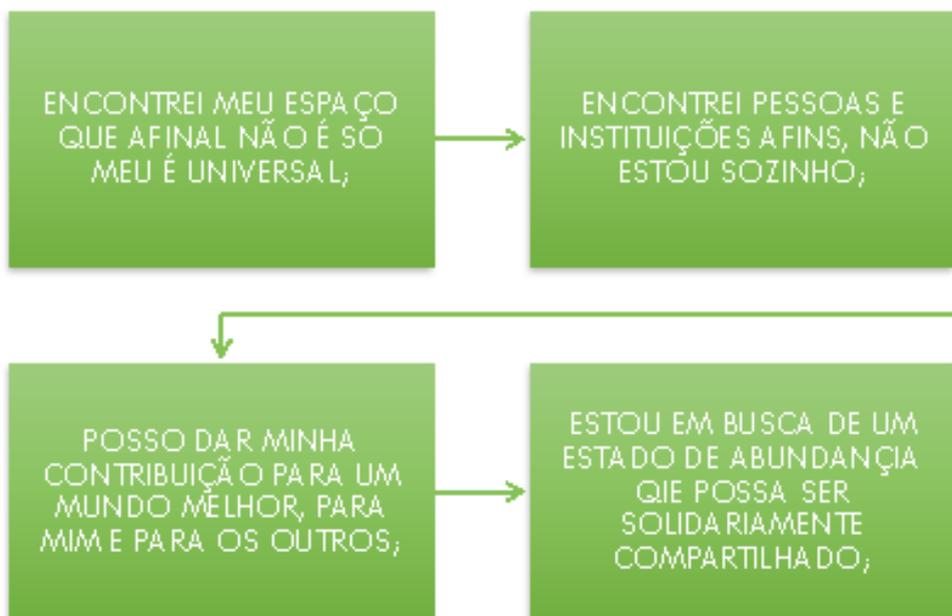
se forma uma floresta;

No sistema agroflorestal o ser humano entra como catalizador; ou seja um acelerador dos processos naturais que ocorreriam de forma mais lenta sem ele;

Não somos nós que escolhemos o que ela nos dará, ela nos dá do que precisamos o que ela pode nos dar;

O que vai determinar isto, é o solo e sua saúde, a disponibilidade de nutrientes e microorganismos, a disponibilidade ou ausência de luz e água, o clima, a Intervenção da fauna, e enfim, o equilíbrio biológico;

Não existe uma receita, é necessário apenas observar e seguir os caminhos apontados pelo próprio sistema.



Como se dá a produção de alimentos

- Ofertar para a terra nutrientes imitando a natureza
- Introduzir espécies alimentícias
- Entender do que estas espécies necessitam para frutificar
- Diversidade de espécies
- Se todas as condições forem satisfeitas a terra agradece em forma de frutos



REFERÊNCIAS

- AMA Articulação Mineira de Agroecologia. Carta de Repúdio ao acordo entre a SEDA e a Fundação RENOVA. Disponível em: <https://www.facebook.com/agroecologiarij/posts/-carta-de-repu%CC%81dio-ao-acordo-entre-a-seda-e-a-fundac%CC%A7a%CC%83o-renovano%CC%81s-da-articula/1581570105273490/> Acesso em 31jul2018.
- BOVÉ, José; DUFUR, François. O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim. São Paulo: Unesp, 2001.
- DULCE, Emilly. Pulverização de agrotóxicos sobre escola segue impune há 5 anos. Brasil de Fato, São Paulo (SP), 2018. Internet <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/20/pulverizacao-de-agrotoxicos-sobre-escola-segue-impune-ha-5-anos/> acesso em 31jul2018.
- ELKINGTON, J. Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business. Oxford, UK: Capstone Publishing Ltd., 1997.
- FBES Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Carta de princípios da Economia Solidária. mimeo. III Plenária Nacional da Economia Solidária, 2003. Internet <http://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/> acesso em 31jul2018.
- FERNANDES, José E.; PREVITALI, Fabiane S. Resistência da Classe Trabalhadora: lutas e contradições no ambiente da Economia Popular Solidária. In: FERNANDES, J.E.; BETANHO, C. (orgs.) Economia Popular Solidária - nosso Sul: a transformação pela Solidariedade. Uberlândia: Navegando, 2017.
- FMEPS. Fórum Mineiro de Economia Solidária. O que é Economia Popular Solidária. 2017. Internet <http://forummineiroeps.blogspot.com/> Acesso em 31jul2018.
- GAIGER, Luiz I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. Revista Crítica de Ciências Sociais, 84, Março 2009: 81-99.
- HARVEY, David. Desesete contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MEDEIROS, C.R.O.; ALCADIPANI, R. ; OLIVEIRA, L. B. Mitos no Desengajamento Moral: Retóricas da Samarco em um Crime Corporativo. RAC Eletrônica, v. 22, p. 70-91, 2018.
- MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OXFAN. Uma economia para os 99%. Documento Informativo. Internet <https://drive.google.com/file/d/0BzuqMfbpwX4wcnpmT1IYZm1Sa0k/view> acesso em 16 jan 2017.

Economia Popular Solidária

A EPS é uma construção histórica da classe trabalhadora. É uma abordagem, acima de tudo, política, que questiona o modo de produção capitalista, seus resultados sobre o bem-estar dos trabalhadores e seus impactos em relação ao desenvolvimento humano na sua totalidade.

Pretende construir uma alternativa econômica em que os trabalhadores tenham poder de decisão sobre a produção e a distribuição do valor gerado pelo trabalho coletivo.

Aliados os princípios da Agroecologia aos da EPS, busca-se organizar coletivamente o trabalho e a comercialização, de forma a unir trabalhadores do campo e da cidade em torno da produção e do consumo de alimentos de verdade, saudáveis, ambientalmente sustentáveis, que respeitem a cultura local e os ecossistemas.

Para além da mercadoria, o trabalho. Para além do consumo, a solidariedade. Para além da retórica, a prática. Essas são as reflexões que sugerimos para aprimorar nosso desenvolvimento, em prol de uma sociedade mais justa e solidária.



Ministério da
Ciência, Tecnologia,
Inovação e Comunicações

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério da
Educação

Secretaria Especial de
Agricultura Familiar
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO
FEDERAL